

* continuação

BARCARENA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS S.A.

CNPJ nº 07.455.468/0001-10

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

determina que no fim de cada exercício será levantado um balanço geral, observadas as disposições legais vigentes. Dos lucros líquidos verificados, será deduzida a parcela de 5% para a constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social. O restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral. **7. Imposto de renda e contribuição social: a. Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido:** São calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro líquido tributável, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Apresentamos a seguir a reconciliação entre as alíquotas nominais e efetivas:

	2013	2012
Despesa de imposto corrente		
Período corrente	(13)	(22)
Despesa de imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	(164)	(170)
Total de despesa de Imposto de renda e contribuição social	(177)	(192)
Reconciliação da taxa efetiva do imposto	2013	2012
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	536	583
Alíquota fiscal combinada - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(182)	(198)
Ajustes dos encargos às alíquotas efetivas		
Adições e exclusões permanentes	5	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(177)	(192)

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e, seu respectivo valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos foram constituídos sobre a exclusão do LALUR referente a mensuração do valor justo das propriedades para investimento cuja tributação ocorrerá em períodos futuros, e foram apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$164 (R\$170 em 2012). Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos no passivo não circulante têm a seguinte origem:

	2013	2012
Diferenças temporárias:		
Valor justo das propriedades para investimento	4.249	3.766
Alíquota fiscal	34%	34%
Total	1.445	1.281

c. Medida Provisória 627: Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CSLL, PIS e COFINS. A MP 627/13 dispõe sobre: • A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; • A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e • O parcelamento especial da Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS. A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar não são esperados impactos relevantes para a Companhia.

8. Instrumentos financeiros: Visão geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: Risco de crédito; e Risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos supramencionados e processos de mensuração e gerenciamento de riscos da Companhia. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	1.562	1.562
Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:		
	2013	2012
	Nota	Nota
	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
	Empréstimos e recebíveis	Empréstimos e recebíveis
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
	Total em 31 de dezembro de 2013	Total em 31 de dezembro de 2012
Ativos		
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras	4	4
Total	1.560	1.593
Passivos		
Fornecedores		
Total	2	2

Valor justo: Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. **Instrumentos financeiros "não derivativos":** Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. **Hierarquia do valor justo:** O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços). • **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O quadro abaixo apresenta os instrumentos financeiros, registrados pelo valor justo, por categoria:

	31/12/2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras		-	1.560	-	1.560
31/12/2012					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras		-	1.593	-	1.593

9. Partes relacionadas: Arrendamento de propriedade: As transações com partes relacionadas no exercício de 2013 e 2012 correspondem a um contrato de arrendamento com cessão gratuita de uso de área total do imóvel de propriedade da Barcarena que está situado no Distrito Industrial de Barcarena/PA, firmado entre a Companhia e a parte relacionada Mineração Buritirama S.A. em 02 de janeiro de 2011, com prazo de duração de 15 anos. **Remuneração dos administradores:** De acordo com a Lei das sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. O desembolso global anual para os administradores no exercício de 2013 totalizou o valor de R\$ 38 (R\$ 9 para o ano de 2012). **10. Seguros:** Como aluga o terreno (vide nota explicativa nº 5), a Companhia adota como política a inclusão de parágrafo específico no contrato de locação, responsabilizando a locatária por todas as despesas diretamente ligadas à conservação dos imóveis, entendendo que esta política é adequada às necessidades.

A Diretoria**Amauri Presente - Contador - CRC 1SP154093/O-0****Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Barcarena Importação e Exportação de Minérios S.A.** - Barcarena - PA. Examinamos as demonstrações financeiras da Barcarena Importação e Exportação de Minérios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria,

conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas

contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barcarena Importação e Exportação de Minérios S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 13 de março de 2013, que não conteve nenhuma modificação. São Paulo, 28 de abril de 2014. **KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6; Ulysses M. Duarte Magalhães - Contador CRC RJ-092095/O-8.**